



CAMINHOS PARA A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Márcia de Souza Oliveira ¹
Vanessa Holanda Righetti de Abreu ²

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta essencial para a organização da instituição no contexto democrático com a participação de toda comunidade escolar. Sendo este documento a identidade da escola. O PPP surgiu no Brasil em meados da década de 1980, no período em que a proposta educacional era centralizada e seguia um padrão pré estabelecido por todo país, em que as escolas executavam o que era proposto pela legislação (NASCIMENTO, NASCIMENTO e LIMA 2020).

Foi com base na Constituição Federal de 1988 que iniciou um processo de gestão democrática da escola pública como resposta a política de centralização numa perspectiva crítica e coletiva (NASCIMENTO, NASCIMENTO e LIMA 2020).

À vista disso, o interesse pela temática e a escolha pelo público-alvo, de crianças de 4 a 5 anos de idade da Pré-Escola, surgiu porque o PPP é um documento escolar que carrega o retrato do trabalho desenvolvido de uma instituição de ensino e, portanto, é apto a ser investigado acerca de questões referentes a Educação Ambiental, para que as crianças estejam cientes de seu papel na sociedade e no meio em que vivem.

Assim, o estudo objetivou investigar como a Educação Ambiental (EA) é contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos de duas escolas da rede Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – ES³, sendo uma escola situada na zona urbana que atende crianças da Creche (parcial/integral) e Pré-Escola; e outra escola na zona rural, que atende Pré-Escola e Ensino Fundamental até o 5º ano.

¹ Mestre pela Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC), do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), souzamarcia508@gmail.com.

² Professora orientadora: Professora da Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC) e do Departamento de Biologia (Dbio), do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vanessahra@yahoo.com.br.

³ Este trabalho é um recorte de um estudo realizado em novembro de 2023 sobre a Educação Ambiental Crítica na Educação Infantil dessas escolas.

METODOLOGIA

Foi realizada a análise dos PPPs das escolas da rede Municipal de Cachoeiro de Itapemirim -ES, sendo escolhidas para esse estudo uma escola urbana, que atende crianças da Creche (parcial/integral) e Pré-Escola e uma escola rural, que atende Pré-Escola e Ensino Fundamental até o 5º ano. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental.

A análise documental dos PPPs ocorreu por meio da supervisão das gestoras e das pedagogas das duas escolas, responsáveis pela documentação. Nos PPPs das escolas, ambos documentos trazem em seus textos uma construção coletiva, articulada em estudos propostos pela Secretaria Municipal de Educação com estruturas definidas.

De posse do documento foi possível compreender como se encontra organizado o fazer pedagógico das escolas, pois o documento em questão é um recurso pedagógico importante para direcionar os trabalhos das escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na prática cotidiana da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta essencial para a organização da instituição no contexto democrático com a participação de toda comunidade escolar. Nesse contexto, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) contribui ao afirmar que: “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização da escola” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI; 2012, p. 450).

Os estudos de Drulis *et al.* (2021) também corroboram com essa pesquisa ao trazer para a reflexão o exemplo da análise de 3 Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de três escolas municipais de Educação Infantil de Campo Grande – MS, fundamentados na BNCC, para observar como o ensino de Ciências da Natureza, por meio da Alfabetização Científica, está contemplado nessa documentação.

Cardodo e Querol (2020) igualmente trazem sua colaboração a este estudo ao analisar cinco PPPs de escolas situadas em um município da fronteira oeste do RS acerca da sua relação com a Educação Ambiental e Resíduos Sólidos e suas relevâncias socioambientais.

Silva e Silva (2013), trazem para a discussão a necessidade da escola estar atenta com o meio em que está inserida para, assim, articular melhor o desenvolvimento de projetos que possam ampliar a compreensão dos alunos sobre a relação entre o ser humano e a natureza, em



que o processo de pertencimento e interdependência tomem o lugar de processos de produção e ocupação antropocêntrica e utilitária.

E Guimarães (2004), um referencial importante na área de Educação Ambiental, contribui para o debate ao discutir o conceito de Educação Ambiental como fundamento essencial para todo o processo de ensino nessa área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas, ambos documentos trazem em seus textos uma construção coletiva, articulada em estudos propostos pela Secretaria Municipal de Educação com estruturas definidas. Porém observa-se que a proposta encontra-se desatualizada, e/ou em reconstrução, sendo necessário alterações. Dessa forma, foi possível sugerir ações pedagógicas que contemplem efetivamente a temática de EA no PPP das escolas, a partir das análises realizadas.

Na escola localizada na zona urbana foi feita a análise do PPP apresentado, referente ao ano de 2016, destacando a identidade da escola e suas ações para garantir uma educação de qualidade ressaltando a missão “[...] Educar para a cidadania e formar para vida” (PPP, 2016, p. 3). Vale ressaltar que, pelo ano, este PPP está desatualizado.

Assim, observando o PPP dessa escola a partir de sua missão e relacionando-o com os estudos de Drulis *et al.* (2021), onde estes apontam que: “parte-se do pressuposto da importância do Currículo e da efetivação de uma proposta pedagógica adequada e coesa na área das Ciências para a Educação Infantil ” (Drulis *et al.*, 2021, p. 644), foi possível constatar que a escola urbana ainda não conseguiu dar uma estrutura robusta, contínua e coesa à Educação Ambiental, uma vez que suas ações pedagógicas não oportunizam uma proximidade com a realidade dos estudantes. As práticas desenvolvidas pelos educadores no viés da EA consistem em atividades pontuais, atreladas a datas comemorativas (Dia da árvore, Dia da água, do Meio Ambiente) além dos temas higiene e saúde (PPP, 2016).

Dessa forma, constata-se que a Educação Ambiental na escola urbana, por não ter ações permanentes no seu fazer pedagógico, nem sempre é vivenciada de forma que contribua para a formação de sujeitos críticos dotados de direitos, deveres, valores que visam ações sustentáveis que ultrapassem os muros da escola, como bem pondera Guimarães (2004) em seus estudos a saber:

[...] o sujeito crítico e transformador é formado para atuar em sua realidade no sentido de transformá-la, ou seja, é o sujeito consciente das relações existentes entre sociedade, cultura e natureza, entre homens e mundo, entre sujeito e objeto, porque se



reconhece como parte de uma totalidade e como sujeito ativo do processo de transformações sócio-histórico-culturais (GUIMARÃES, 2004, p. 29).

Em outras palavras, o estudante relaciona suas vivências, experiências e conceitos aprendidos com o mundo à sua volta, construindo uma aprendizagem sobre a natureza e qualidade de vida num processo contínuo de aprendizagem e transformação, a fim de contribuir com a relação da criança com o mundo à sua volta.

Na escola localizada na zona rural, o Projeto Político Pedagógico apresenta uma estrutura semelhante ao da escola urbana, por ser uma estrutura, como já mencionado, definida pela Secretaria de Educação do município. A instituição apresenta como missão:

Prestar à comunidade um serviço educativo de excelência contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança, num ambiente participativo, aberto e integrador, numa Escola conhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade, que valoriza o conhecimento, como condição de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento dos estudos (PPP, 2019).

Dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico da escola rural contempla a temática da Educação Ambiental, tendo um projeto principal voltado para a Sustentabilidade intitulado “Separe, recicle, reutilize seu lixo”, em parceria com as famílias, desenvolvido desde o ano de 2019. O projeto nasceu das indagações dos alunos sobre as ações humanas, como as queimadas e o descarte incorreto do lixo pela comunidade local, que estavam levando à seca as nascentes e conseqüentemente, um córrego na localidade (PPP, 2019).

Esse projeto tem como objetivo conscientizar a comunidade sobre a importância de iniciativas que visem à preservação do meio ambiente, por meio da coleta seletiva, trabalhado junto às famílias, plantio e cultivo de árvores onde as crianças fazem parte de todas as etapas dos cuidados, para auxiliar na manutenção das nascentes e a destinação correta do lixo, sendo premiado pelo Prêmio Biguá de Sustentabilidade em 2021 na categoria Escola, com a premiação em 3º lugar. No ano de 2022 foi premiado na mesma categoria em 2º lugar com diversas ações referentes à sustentabilidade que envolve a escola e a comunidade.

A escola da zona rural ainda participa do Programa Agrinho desde março de 2023 e, de acordo com o relato de experiência apresentado pela escola, intitulado “Visão de natureza”, foi possível verificar que as ações desenvolvidas com as crianças partiram também da observação local, uma vez que as elas passam diariamente em frente a um horto chamado “Horto do Marcelo” e, dessa forma, a ideia de se construir um jardim na frente da escola partiu da admiração e curiosidade das crianças com o horto. Logo, foi possível verificar que a escola da zona rural oportuniza ações em que a Educação Ambiental é tratada de forma mais assertiva.

Dessa maneira, a escola procura fazer um paralelo entre a Educação Ambiental e o cotidiano das crianças através de suas inquietações pois, como diz Silva e Silva (2013) em suas reflexões “compreender as formas de ocupação e produção no rural em que se situa a escola é, portanto, tarefa imprescindível da educação infantil, na construção de seus projetos em articulação ou mesmo em questionamento destas práticas” (SILVA; SILVA, 2013, p. 358).

De acordo com os PPPs das escolas foco da pesquisa, os projetos de Meio Ambiente demonstraram conhecimentos diferentes sobre a questão, visto que, na escola da zona urbana os projetos são esporádicos e geralmente têm como tema o lixo e a reciclagem e que os professores não demonstram conhecimento acerca do PPP e de projetos ligados a EA pela falta de atualização do PPP dessa escola.

Fica evidente que a escola da zona urbana não tem um trabalho estruturado para a abordagem da EA, e que o trabalho dos professores privilegia apenas momentos esporádicos em que o tema ganha maior relevância, sendo necessário um trabalho maior de entendimento e engajamento tanto dos professores quanto da equipe pedagógica para que a EA tenha uma abordagem mais significativa, e que reverbera na escola e na comunidade local.

Por outro lado, na escola da zona rural, as duas respostas foram positivas para dois projetos de sustentabilidade intitulados “Separe, recicle seu lixo” e “Agro conectado com a comunidade”. Foi possível verificar que, na zona rural, a escola procura fazer parcerias com a comunidade local por meio de projetos de sustentabilidade que agreguem valor ao trabalho desenvolvido pelos professores, com ações práticas que fomentem a relevância ao ensino da EA.

Em ambos os casos, o processo educativo só tem a ganhar com ações permanentes que tragam para o cotidiano do aluno e do professor o envolvimento da comunidade nas questões socioambientais, pois como esclarece Cardoso e Querol (2020, p. 147) “Desse modo o projeto político-pedagógico é e deve ser ação educativa, promotora de cidadãos conscientes de seu lugar no mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar por meio da análise dos PPPs das escolas foco desse estudo, que a Educação Ambiental é abordada de forma diferente em cada instituição de ensino e que sua localização espacial, experiências e vivências locais e a parceria em programas voltados à temática desta pesquisa, tendem a auxiliar nas tomadas de decisões sobre o fazer pedagógico



dos professores. Algumas ações pertinentes foram repassadas para as gestoras pedagogas contribuindo na ressignificação dos PPPs das escolas pesquisadas, visando uma gestão democrática e participativa.

Assim, com a investigação dos PPPs, faz-se necessário elaborar projetos que abordem a temática da Educação Ambiental e que o professor busque alternativas com a participação de toda comunidade escolar, aperfeiçoando seu fazer em sala de aula, e que estes estejam respaldados no Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Análise Documental, Educação Ambiental, Escola Rural, Escola Urbana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, P.E.L.O.; QUEROL, M.V.M. Educação Ambiental: análise dos projetos políticos-pedagógicos de escolas do ensino fundamental, na fronteira oeste do RS. *Rev. Educ., Cult. Soc.*, Sinop/MT/Brasil, v. 10, n. 3, p.137-153, 2020.

DRULIS, P. B. L. *et al.* O Ensino de Ciências na Educação Infantil: Projeto Político Pedagógico e Discussões Fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 643–649, 2021.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, F.J.; NASCIMENTO, R.C.; LIMA, M.S.L. O projeto político-pedagógico como princípio orientador das práticas escolares. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 29, n. 2, 2020.

PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Zona Urbana, Cachoeiro de Itapemirim, 2016.

PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Zona Rural, Cachoeiro de Itapemirim, 2019.

SILVA, J.B.; SILVA, A.P.S. Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, [s. l.], v. 45, n.3, p. 349-360, 2013.